

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
FABIANA RIBEIRO DA SILVA

**UMA DEFESA DE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL:
CONSIDERAÇÕES DE RUI BARBOSA SOBRE O JARDIM DE INFÂNCIA**

MARINGÁ
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
FABIANA RIBEIRO DA SILVA

**UMA DEFESA DE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL:
CONSIDERAÇÕES DE RUI BARBOSA SOBRE O JARDIM DE INFÂNCIA**

Artigo contendo os resultados finais da pesquisa referente ao Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Marta Chaves da Universidade Estadual de Maringá.

MARINGÁ
2012

FABIANA RIBEIRO DA SILVA

**UMA DEFESA DE EDUCAÇÃO INSTITUCIONAL:
CONSIDERAÇÕES DE RUI BARBOSA SOBRE O JARDIM DE INFÂNCIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^aDr^aMarta Chaves(Orientadora)

Prof^aMaEloiza Elena da Silva

Prof Vinicius Stein

MARINGÁ
2012

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que sempre esteve ao meu lado em meio a toda à caminhada, nos momentos de vitórias e também nos de provação;

A minha mãe, Flor, por nunca medir esforços para a realização de meus estudos, a quem devo tudo o que sou; a minha a vó Mariana, já falecida, que desde pequena me incentivou nos estudos, mesmo sendo analfabeta, e sei que mesmo longe sempre intercedeu para que a minha vida fosse cheia de bênçãos;

A Lia Lopes Schmitt e Fernando Schmitt, um exemplo de família, pessoas que proporcionaram a minha vinda a Maringá e sempre impulsionaram meus estudos, me ensinando a importância de lutar pelos sonhos de minha vida;

A minha orientadora, Prof. Dra. Marta Chaves, que em toda a minha trajetória acadêmica esteve presente, com todo seu rigor e empenho sempre me orientou, abriu caminhos como uma mãe que cuida, educa e ama, e a quem admiro muito por todos esses anos dedicados a uma educação de excelência;

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil, GEEI, por todo o espírito coletivo, por toda a contribuição fornecida à minha pesquisa e por todo o amparo dado a mim durante minha trajetória acadêmica.

RESUMO

O presente texto pretende estudar a função atribuída ao Jardim de Infância nos pronunciamentos de Rui Barbosa no final do século XIX. Para o desenvolvimento da pesquisa consideramos a dinâmica da sociedade brasileira nas últimas décadas do Século XIX, com suas lutas, seus conflitos, interesses e a relação destes determinantes com as propostas educacionais da época. Para isto realizamos estudos de livros, artigos, textos de eventos de relevância e alguns documentos da época, dando destaque especial aos pronunciamentos de Rui Barbosa. Isto feito com o propósito de compreender o discurso político a partir dos determinantes econômicos e políticos, ou seja, estabelecer uma relação entre as necessidades postas e as ideias sobre educação.

Palavras-Chave: Educação, Educação Infantil, Jardim de Infância, Rui Barbosa.

ABSTRACT

The following letter is going to study the function attribute of kindergarten according to Rui Barbosa on XIX century. To develop the research we consider the brazilian dynamics society on the last XIX century, with your conflicts, interest and the reference of those determinant with proposal education at the time. We accomplish this research based on books, article and some documents of the time, giving a highlight for Rui Barbosa pronouncements. The meaning of this is to understand the politics speech from the determinant economic and politician, that is to say relations between necessity and the ideas about education.

Keywords: Education, Child Education, Kindergarten, Rui Barbosa.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 2 A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE RUI BARBOSA..... | 10 |
| 3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX | 13 |
| 4 INTERESSES DE RUI BARBOSA SOBRE O JARDINS DE INFÂNCIA..... | 18 |
| 5 ESTUDOS DE RUI BARBOSA SOBRE OS <i>KINDERGARTEN</i> DE FRIEDRICH FROEBEL..... | 22 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 29 |
| REFERÊNCIAS..... | 30 |

INTRODUÇÃO

Este texto origina-se de um percurso de estudos traçado em conjunto com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil, o GEEI, em que foi realizado um Projeto de Iniciação Científica com as primeiras aproximações dos estudos de Rui Barbosa a respeito da educação para as crianças pequenas por acreditarmos que é de extrema importância que nós, futuros profissionais, conheçamos o contexto histórico dos jardins de infância, fato já apontado por este referido autor. Julgamos necessária a continuação desses estudos objetivando alguns avanços nessa pesquisa como contribuições para a Educação Infantil, daí a justificativa para o presente trabalho.

A partir da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil passou a receber mais atenção do Poder Público e da sociedade civil. Após a promulgação desse documento, foram estabelecidos os direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990) e os Conselhos Tutelares foram destinados a resguardar tais direitos. Moreira e Lara (2012) afirmam que “o ECA mudou o panorama da criança e do adolescente no Brasil, especialmente no tocante às políticas sociais”. O Artigo 54 da Constituição trata da Educação Infantil e seu acesso universal, propalando que esta deve integrar o sistema municipal de ensino, e os municípios devem priorizar o investimento nessas instituições. Ainda para estes autores, “O ECA enfatiza e garante amplamente a Educação Infantil para todas as crianças, pois em vários de seus artigos consta a ideia de garantia de prioridade ao atendimento a esses direitos” (MOREIRA; LARA, 2012, p.54).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) apresenta a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, o que tem contribuído para que esse nível de ensino seja motivo de discussões em todo o país e de políticas públicas voltadas às necessidades desse segmento educacional. A Educação Infantil passa a ser vista como indispensável para a formação da criança, constituindo-se na autenticação de que a educação aconteça nos primeiros anos da vida dos pequenos.

Para Chaves (2008), estudar a origem e as defesas elaboradas às instituições educativas, principalmente aquelas destinadas às crianças de faixa etária inferior a 7 anos, é de vital importância para pensarmos na ação pedagógica e na formação dos profissionais que trabalham com os primeiros anos da Educação Básica. Com esse entendimento e por considerar a Educação Infantil primordial para o aprendizado efetivo das crianças, objetivamos compreender a dinâmica da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX, com seus embates políticos e econômicos relativos à educação. Acreditamos que esses enfrentamentos têm relação direta com as elaborações afetas à educação. Nesse sentido, procuramos compreender algumas proposições para a organização da educação no final do século XIX.

Considerando a lei atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) por nós já reportada, salientamos que tratar da dinâmica das instituições na atualidade requer, antes, refletir sobre algumas questões que embora estejam distantes de nossa época, encontram-se diretamente relacionadas com nossas preocupações e ações no presente.

Neste estudo, apresentamos o intelectual Rui Barbosa, conhecido por suas contribuições para a sociedade brasileira, e nesse caso, por defender a educação pública.

1A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE RUI BARBOSA

Rui Barbosa era um representante do liberalismo, considerado um homem à frente de seu tempo, que buscava em outros países inspirações para a melhoria da sociedade em que vivia. Para ele, a educação era o “motor social”, um direito do homem e um dever do indivíduo (MACHADO, 2002); acreditava que por meio dela se constituiria um regime de liberdade, uma nova compreensão cívica, e conseqüentemente, uma transformação na sociedade.

A educação na concepção de Rui Barbosa era a responsável pela geração de riquezas da economia do país, podendo contribuir para a sua transformação em diversas instâncias, colaborando para igualar e propiciar as mesmas oportunidades às diferentes classes sociais. Segundo Filho (2001, p.34),

Foi sem dúvida, no Brasil, o primeiro a tratar da pedagogia como problema integral de cultura, isto é, problema filosófico, social, político e técnico, a um só tempo. A segunda é que tais escritos não se separam do conjunto de sua vida pública, nela representando por vezes, a chave da para a compreensão de muitas passagens de suas lutas, e de mudanças que em certa ideia e atitudes apresentou. Por último, a oportunidade com que trabalhou tais assuntos, em um momento de rápida evolução de doutrinas sociais e educativas no mundo, e em nosso país em particular.

Rui Barbosa era visto por muitos como herói, pois acreditava na força da lei e na democracia; observava o desenvolvimento da instituição pública em vários países e neles buscava inspiração para uma educação que fosse direito do homem e dever do indivíduo, defendendo uma educação que pudesse dar oportunidades iguais a todos, independentemente da classe social a que pertenciam.

Este intelectual foi o responsável pela elaboração de dois pareceres: a Reforma do Ensino Secundário e Superior de 1882 e a Reforma do Ensino Primário e de várias instituições públicas complementares de 1883. Esta última Reforma buscava tratar de níveis e modalidades da educação para a organização da escola pública, configurando-se

em um dos documentos mais completos sobre como deveria acontecer o processo pedagógico da escola e as políticas educacionais no Brasil do século XIX.

Afirmava o autor em seus pareceres que era obrigação do Estado criar escolas para todos os cidadãos, tornando-a obrigatória. Machado (2002, p.128) assinala que “A posição de Rui Barbosa era que o Estado deveria criar escolas suficientes e obrigar os pais a matricularem seus filhos. Era preciso que a instrução fosse obrigatória”. Esses pareceres acendiam novas possibilidades para a educação brasileira, com a esperança de se modificar a forma social através da formação social.

Para compor sua concepção relativa à educação brasileira, Rui Barbosa procurava compreender a dinâmica social dos outros países, verificando como ocorria seu processo civilizatório e educacional. Na avaliação de Machado (2010, p. 13), “Homem informado sobre a realidade Europeia e conhecedor da realidade brasileira”, Rui Barbosa observava a vida internacional e a importância que o desenvolvimento das instituições públicas assumia em diversos países, buscando compreender a sua cultura para a melhoria da sociedade brasileira.

Segundo Lourenço Filho, embora ele se inspirasse em outros países e utilizasse muitas citações, estas eram repensadas, o que lhe possibilitava criar uma pedagogia integral, um sistema todo seu. Assim não era possível acusa-lo de compilador ou vulgarizador de ideias. De certa forma, visava à classe média, apesar de ela ser quase inexistente na sociedade brasileira. Propunha um sistema público de educação, o mais amplo e perfeito possível. Procurava através dele a verdade política, o regime de liberdade, a compreensão cívica, a formação profissional e a riqueza geral (MACHADO, 2002, p.19).

A preocupação de Rui Barbosa para com a educação era patente, defendendo um ensino gratuito, obrigatório e laico, independente das condições financeiras do sujeito, pois a educação era um direito de todos e era através dela que poderia se formar um novo tipo de sociedade, em que poderiam se nivelar as condições e oportunidades de todos os cidadãos, preparando-os para o trabalho. Conforme afirma Machado (2002, p.18),

A educação era vista como uma instituição que poderia igualar e dar as mesmas oportunidades às diferentes classes sociais.

A responsabilidade pela posição social que o indivíduo ocupasse na sociedade passaria a depender da sua capacidade e aptidão. Esta foi

concebida como um espaço ideal para a transmissão dos princípios conservadores de toda a sociedade, definindo-se o seu papel e sua importância para a vida social.

A educação vinha como um novo mecanismo de geração de riqueza econômica para o país, e em consonância com Rui Barbosa, a escola poderia propiciar modificações em toda a forma social, rompendo, através da instrução, as diferenças sociais, e para isto seria necessária uma nova forma de ensino que fosse diferente da provida até aquele momento, preocupando-se com novos modos de conteúdos como a música, a ginástica, o canto e o ensino de ciências. Utilizando-se do método intuitivo, conhecido como lições de coisas, buscava resolver os problemas do ensino, preocupando-se com um ensino racional e concreto, almejando uma orientação segura para o trabalho do professor com o aluno em sala de aula. A esse respeito, Machado (2002, p.136) enuncia que:

O método que guiaria esse aprendizado basear-se-ia na observação e experimentação, procurando cultivar os sentidos e o entendimento. Recomendava, portanto, a adoção do método intuitivo. Para o autor em estudo, essas mudanças no sistema de ensino eram fundamentais para tornar o Brasil uma nação civilizada.

Podemos notar que Rui Barbosa não se preocupava apenas com a educação do país, mas também com os aspectos políticos e econômicos, já que defendia a modernização da sociedade e visava à educação como um meio para essa transformação. Consideramos necessário entender o contexto histórico e político da época para compreendermos as questões educacionais defendidas por Rui Barbosa na formação do homem civilizado. A seguir, discorreremos acerca de elementos básicos que revelam o contexto de Rui Barbosa.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Em meados do século XIX no Brasil, conforme Pedro (1987, p.102), “muitos políticos liberais ainda queria recuperar a autonomia para as províncias, as mais ricas queriam tratar sozinhas de seus próprios problemas e controlar sua economia”. As críticas dos liberais republicanos como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Benjamin Constant e Marechal Deodoro pretendiam o avanço na sociedade. Destacamos que em 1870 ocorreu o primeiro manifesto republicano assinado por Quintino Bocaiúva em São Paulo, um documento que intencionava derrubar a Monarquia e estabelecer a República Federativa no Brasil.

Os liberais defendiam a ideia de que o país deveria se transformar em uma República para se adequar ao resto da América, garantindo a liberdade do mercado externo, um ensino laico livre do domínio da Igreja, o Senado não deveria ser mais vitalício, entre outras transformações que deveriam ocorrer de forma pacífica através de mudanças nas leis.

Naquele contexto, os liberais como o jornalista Rui Barbosa passam a enfrentar o regime. A partir de então teve início uma ação militar de cúpula que culminou com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

Os motivos para o enfrentamento ao Império eram as crises políticas, os problemas com escravistas, as questões religiosas e militares que não permitiam o avanço social, as quais desencadearam diversas situações políticas, uma luta entre os que não queriam modificar o sistema político e o partido liberal.

As primeiras e principais críticas ao Império vinham dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Vários nomes que tornaram famosos apareciam entre opositores do regime: Rui Barbosa, Catro Alves, Joaquim Nabuco (PEDRO, 1987, p.130).

Com a Proclamação da República, o Império chega ao fim. Marechal Deodoro da Fonseca assume a presidência do Governo Provisório e toma a iniciativa de eliminar os

vestígios do poder imperial, abolindo o Conselho do Estado, transformando as províncias em Estado e nomeando o primeiro ministério da República.

Parte dos ministros foi escolhida entre os chamados republicanos históricos: o Ministério de Relações Exteriores foi Quintino Bocaiúva, o Ministério da Guerra para Benjamim Constant, e o Ministério da Fazenda para Rui Barbosa, que elaborou um novo plano econômico (PEDRO, 1987, p.144).

Rui Barbosa acreditava que o desenvolvimento do Brasil só aconteceria se o país se industrializasse, e em sua visão seria preciso um aumento de circulação do capital para pagar os trabalhadores assalariados, aumentando o mercado consumidor, e o país só se desenvolveria se parasse de depender do capital estrangeiro, buscando uma redistribuição da riqueza em favor da burguesia urbana, apoiando as novas forças representadas pela classe média em ascensão e substituindo a antiga estrutura agrária baseada na exportação de café. Sua intenção era promover a indústria e o trabalho bem como cuidar da produção agrícola. Todavia, sua política econômica incrementou a inflação no país, aumentando os preços dos produtos e provocando manifestações e protestos, e sua proposta não poderia funcionar em um país de estrutura agrária e exportadora e sem mercados de grandes proporções.

Sua política ficou conhecida como a Política do Encilhamento, porque Rui Barbosa se baseou no sistema bancário norte-americano e na livre emissão de créditos monetários; os bancos brasileiros passaram a liberar empréstimos para as pessoas sem mesmo saber como estas pagariam; as consequências disso eram visíveis para a população urbana.

No dia 23 de novembro de 1891, Marechal Deodoro da Fonseca renunciou e Marechal Floriano Peixoto tornou-se presidente de um governo que se encontrava em uma grave crise política, social e econômica.

O governo de Floriano contou com o apoio popular, principalmente na sua fase jacobina, centralista e autoritária, mas esse apoio pode também ser questionado, pois nos dizer de Lima Barreto, era “gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer (...)”.

Apesar disso é inegável que Floriano era admirado pela população, a qual o via como paladino a lutar contra as forças da reação monarquista. Mas isso só serviu para atirar a velha aristocracia, mais

dinâmica e mais adequada às necessidades do capital monopolista internacional (PEDRO, 1987, p. 146).

O período de 1889 a 1930 foi chamado de República Velha ou Primeira República; o poder encontrava-se nas mãos de uma minoria ligada aos interesses econômicos, a candidatura de Campos Sales formou uma oposição dentro do Partido Republicano Federal ligada a Floriano Peixoto. O governo de Campos Sales visava aos interesses da oligarquia agrária e exportadora, pois era defensor da agricultura como única e verdadeira fonte de lucro para o país; as cidades ainda mantinham as características de cidades provincianas; era preciso modernizar as cidades e adaptá-las aos novos tempos que o capitalismo começava a exigir.

Rui Barbosa preocupava-se com os problemas materiais e reais da sociedade brasileira, almejando que estes se resolvessem para que se desfizesse qualquer barreira que impedisse a sociedade de se modernizar, buscando a autonomia política e econômica de cada estado e município. Na acepção de Machado (2002, p.79),

Para contribuir com o progresso material do Brasil estava voltada toda a política de Rui Barbosa. Assim, a União deveria aumentar sua arrecadação para investir na modernização e incremento da produção. Cada estado proveria as necessidades de seu governo e administração. O governo federal só interferiria em caso de calamidade pública. Os estados organizar-se-iam de forma que se garantisse a autonomia dos municípios.

A população começa a reivindicar seus direitos pela instrução, com o intuito de ter as mesmas oportunidades, independentemente sua classe social. Afirma Machado (2002, p.106) que

Na segunda metade do século XIX, difundiu-se a idéia de que a escola era um dever do Estado e obrigatória para todo cidadão. O movimento revolucionário francês, de 1848, e a Comuna de Paris, de 1871, mostraram a força da classe operária, que pressionava para uma transformação social: a miséria da classe trabalhadora fazia-a reivindicar maior participação.

Em 1902, foi fundado o Partido Socialista Brasileiro, o movimento operário foi criado a fim de proteger os direitos dos trabalhadores e lutar contra a exploração patronal; o

anarquismo era uma das tendências desse movimento, que passou a existir com a vinda dos imigrantes italianos.

O governo da República Velha achava que os operários grevistas deveriam ser tratados como marginais, pois perturbavam a ordem. Por essa razão costumava-se dizer que o “problema social era um caso de polícia” (PEDRO, 1987, p. 169).

O movimento operário brasileiro¹ recebeu a notícia da Revolução Socialista Soviética de 1917, o que despertou oportunidade da criação de um partido operário mais organizado para conduzir a luta dos trabalhadores. Essa orientação vinha da Revolução Russa. Em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro, cujos militantes fundadores eram operários e baseavam sua militância nas elaborações de Karl Marx e Friedrich Engels; estes visavam aos ideais de liberdade do proletariado em uma política que buscava conjugar as lutas dos trabalhadores e representantes intelectuais, tornando-se de dimensões nacionais pós-guerra.

Como vimos, no início do século XX o Brasil já possuía um grande número de trabalhadores ligados ao movimento operário que reivindicava seus direitos; estes se localizavam em sua maioria nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Com a situação em que a classe trabalhadora se encontrava a reivindicação para uma transformação social levou a conquista do sufrágio universal (MACHADO,2002,p.107). Com a conquista desse direito o Estado então deveria orientar os cidadãos, a melhor forma para que esse aconselhamento acontecesse era através de uma educação igual para todos. Segundo Machado (2002,p.107),

O Estado, chamado para encarregar-se da instrução de todas as classes de população. Independente de sua condição social, criava os *sistemas nacionais de ensino*. A educação era não só vista como aquela que poderia aproximar as classes, mas que, no interior da escola, permitira a elas se igualem e receberem as mesmas oportunidades. A responsabilidade pela posição social que o indivíduo ocupasse na sociedade passaria a depender de sua capacidade e aptidão.

¹O movimento operário refere-se à organização coletiva de trabalhadores para a defesa de seus próprios interesses, através da implementação de leis específicas para reger as relações de trabalho. No Brasil o movimento ganha força em 1890, tendendo para a ação direta e para a oposição à política institucional.

Além da preocupação do Estado com o saber ler e escrever o principal enfoque da escola era transmitir os princípios da época em que a sociedade de Rui Barbosa se encontrava. A escola deveria por sua vez ser laica, obrigatória e gratuita, sendo obrigação do Estado e dever do cidadão. A laicidade colocava o conhecimento a frente de qualquer crença ou religião, já a obrigatoriedade faria com que todos os cidadãos tenham o mesmo direito e deveres sobre a instrução e a gratuidade tornaria a educação acessível a todos sendo um princípio igualitário.

O século XIX foi o século que difundiu a instrução pública e Rui Barbosa foi influenciado pelas discussões da época, tanto que, empenhado num projeto de modernização do país, se interessou pela criação de um sistema nacional de ensino, desde o jardim de infância até a universidade. Buscou inspiração em países onde a escola pública estava sendo difundida, procurando demonstrar os benefícios alcançados com sua criação (MACHADO, 2002,p.109).

Observamos que a educação do século XIX está relacionada com a estrutura política e econômica que a sociedade se encontrava, as orientações para um ensino unitário nos permite compreender alguns aspectos fundamentais para o entendimento das considerações de Rui Barbosa para a Educação Infantil, em seguida iremos apresentar os interesses de Rui Barbosa especificamente para a educação de crianças pequenas.

3 INTERESSES DE RUI BARBOSA SOBRE OS JARDINS DE INFÂNCIA

Os Jardins de Infância têm origem no continente europeu no final do século XVIII, sendo instituídos para atender às crianças da classe trabalhadora. As intenções para a educação da primeira infância era de preparar as crianças para a escola primária, ensinando-as bons hábitos, sinceridade, bondade, autocontrole, urbanidade, higiene, entre outros, não deixando de lado os aspectos pedagógicos, essas crianças tinham o primeiro contato com a observação da linguagem, o soletrar e o conhecimento das letras (MACHADO, 2002).

Em 1840, foi aberto *Kindergarten* por Friedrich Froebel², tendo como principal proposta uma educação que estabelecesse um vínculo entre o cuidado e os métodos científicos. Segundo Kuhlmann (2001, p.10), “Froebel considerava que seria sumamente proveitosa à introdução de verdadeiras horas de trabalho manual na educação das crianças”. Para Froebel, a diversão infantil era de fundamental importância para o desenvolvimento dos sentidos, considerando o ensino da leitura ou da escrita ou do cálculo inadequado para essa faixa etária, já que essas instituições tinham como objetivo preparar as crianças para esse aprendizado.

No Brasil, o primeiro Jardim de Infância foi instituído pelo Dr. Menezes Viera em 1875 no Rio de Janeiro. Bastos (2001, p. 32) registra que “o jardim tem por objetivo servir à clientela de elite, atendendo às crianças de sexo masculino de 3 a 6 anos”, e os métodos de Friedrich Froebel eram utilizados por essa elite nesse Jardim de Infância.

Em 1883, houve uma exposição pedagógica em que foi apresentado o Parecer da Comissão sobre os jardins-de-infância por Joaquim Teixeira de Macedo, cujo discurso defendia a legitimação do sistema privado dessa educação.

²Friedrich Wilhelm August Fröebel nasceu em Oberweißbach, sudoeste da Prússia, em 21 de abril de 1782. Foi um pedagogo alemão, fundador do primeiro jardim de infância em 1840 os *Kindergarten* para ele as crianças eram consideradas plantinhas de um jardim e o professor era o jardineiro, valorizava o aprendizado da criança por meio de atividades sensoriais, de linguagem e do brincar, seus estudos tinham raízes em Pestalozzi.

Embora houvesse referências à implantação de jardins de infância para atender a pobreza, estas não encontravam o menor eco em iniciativas concretas. A preocupação daqueles que se vinculavam às instituições pré-escolares privadas brasileiras eram com o desenvolvimento de suas próprias escolas. Nota-se entre eles, a utilização do termo “pedagógico” como estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderiam ser confundido com os asilos e creche para os pobres (KUHLMANN, 1991, p.19).

O Congresso Brasileiro discutia as questões pedagógicas e sociais, percebendo a necessidade de cuidar da educação dos cidadãos por meio de uma educação popular destinada a todos. A respeito do ensino das crianças pequenas, no início do século XX houve uma preocupação do Estado nesse sentido, objetivando especificamente os conteúdos que deveriam ser trabalhados no cotidiano escolar desses infantes.

No início do século XX, originam-se os primeiros Jardins de Infância assistencialistas no Brasil, e foi recomendado pelo Congresso de Assistência da Infância que as indústrias oferecessem esses estabelecimentos para os filhos de seus funcionários.

As novas instituições não eram apenas um mal necessário, mas representavam a sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso no controle da política assistencial que se elaborava. Cada saber apresenta suas justificativas para implantação de creches asilos ou jardim de infância (KUHLMANN, 1991, p.21).

Já nesse momento, havia uma preocupação educativa nessas instituições, mesmo não sendo explícita, existia uma utilização da chamada “assistência científica”, uma educação que previa uma prática intencional na instituição do jardim de infância. Kuhlmann (1991, p.24) alega que “são inúmeras as referências, por parte daqueles que cuidavam das instituições pré-escolares, quanto a esse caráter educacional”.

Rui Barbosa defendia a criação dos jardins de crianças, estabelecendo um lugar onde as crianças da classe trabalhadora poderiam ficar durante as horas de trabalho dos pais; nesses espaços, intencionava-se educar as crianças, prepará-las para a escola primária, na qual deveriam se integrar a partir dos sete anos de idade. Os jardins de crianças necessitavam de conteúdos e de métodos específicos, pois se acreditava que o desenvolvimento dos sentidos se fundamentava em diversões infantis, a criança era concebida como um ser em crescimento semelhante a uma planta; esse método foi proposto por Friedrich Froebel, cujas ideias Rui Barbosa admirava.

Rui Barbosa vislumbrava os Jardins de Infância como o lugar em que as crianças começariam a se socializar, e um de seus objetivos seria o desenvolvimento da criação e da construção do saber, estimulando a criança em um dos seus principais períodos de desenvolvimento humano, a infância. Machado, Lara e Lucas (2007, p.222) asseveram que

Entretanto, considerou fundamental a criação dos *jardins de crianças*, mostrando a importância, naquele momento, de abrir instituições de ensino destinadas especialmente ao período de desenvolvimento humano chamado infância. Estes deveriam abrigar as crianças antes de sua entrada na escola de primeiras letras, aos sete anos de idade.

Rui Barbosa enfatizava a ideia de um ensino laico, gratuito e obrigatório, e os jardins de infância, como as demais instituições de ensino, deveriam ensinar as crianças pequenas mediante jogos e brincadeiras com base nas ideias de Froebel, que considerava a espontaneidade fundamental para o aprendizado das crianças.

A ideia fundamental de Froebel segundo Rui Barbosa, era considerar o homem como uma criatura ativa, ou seja, que constantemente associava, construía e criava. Para esse autor a escola deveria formar homens e mulheres que pudessem executar, praticar ações, em vez de se sentirem felizes apenas com o conhecimento acumulado (MACHADO, 2007, p.229).

A criança deveria ser livre para se expressar, o aprendizado deveria ocorrer de modo espontâneo, tornando os pequenos cada vez mais receptivos aos conhecimentos transmitidos. Essa educação deveria acontecer de maneira natural, passando pelos diferentes estágios de capacidade mental do pequeno educando, e o objetivo dos jardins de infância para Froebel era possibilitar brincadeiras criativas indispensáveis para a formação da criança.

Rui Barbosa, ao defender o método froebeliano, desejava modificar a maneira como era vista a educação para os pequenos, desvinculando-a apenas do “cuidar” para educar as crianças através de atividades livres, espontâneas, nas quais se ampliavam suas capacidades físicas e intelectuais. Para Rui Barbosa, admirador do método froebeliano, a criança deveria ter contato com formas, cores e sons para que desenvolvesse seus sentidos e habilidades desde cedo, sendo preparadas para o aprendizado sistematizado da escola primária.

Froebel pensava no treino de habilidade das crianças pequenas e também em sua prática escolar; apregoava que para o desenvolvimento dessas potencialidades era preciso deixar a criança livre para que pudesse desenvolver de forma ativa sua mente. A infância para Froebel era considerada como uma planta humana, que necessitava de cuidados e de nutrientes para crescer. Conforme Machado, Lara e Lucas (2007, p.230),

A escola proposta por Froebel entendia a criança como um ente cuja vida impunha ao educador conhecer leis que regiam o desenvolvimento humano. Assim, era preciso considerá-la como um ser em crescimento, como uma planta humana.

Por esse motivo, Rui Barbosa julgava necessário que a formação dos professores atendesse às necessidades das crianças pequenas nos jardins de crianças, onde o professor deveria dominar o método de ensino e ser participativo. As mulheres educadoras, as quais Froebel chamava de jardineiras, tinham sua preparação voltada para a ciência e o educar, o que proporcionava uma cultura abrangente e cultivava o espírito dessas professoras.

Deste modo, Rui Barbosa enfatizava a importância do preparo do ensino e da estrutura destinada à educação das crianças, pois estas passariam a maior parte de seu dia nos jardins de infância enquanto seus pais estariam no trabalho. Por isso, destacamos que a Educação Infantil, na acepção de Rui Barbosa, ia além do assistencialismo, era considerada o lugar em que os professores trabalhariam o saber científico e desenvolveriam as suas habilidades para vida, pois Rui Barbosa acreditava que a primeira infância era o começo para o exercício de cidadania.

Na sequência, apresentamos algumas contribuições de Friedrich Froebel para os estudos de Rui Barbosa sobre os Jardins de Infância.

4ESTUDOS DE RUI BARBOSA SOBRE OS *KINDERGARTEN* DE FRIEDRICH FROEBEL

Rui Barbosa, em seu livro ‘Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instituição pública’, especificamente no tomo III trata de questões afetas à criação dos Jardins de Infância. Barbosa era um pesquisador que contemplava a educação praticada em outros países a fim de apresentar ao seu país o que havia de mais elaborado para a educação naquela época.

Depois de conhecer diversas instituições para crianças pequenas de diferentes países como Prússia, França, Alemanha, Suíça e Escócia, Rui Barbosa afirmava que em todas essas instituições faltava “o sopro do espírito educador, que Froebel lhe veio bafejar da educação preliminar à escola” (BARBOSA, 1947, p.59). A defesa para uma educação infantil de brasileira de qualidade pode ser notada em todo o momento nas defesas de Rui Barbosa:

O propósito de escoimar de toda a côr pessoal as nossas preferências reformadoras, buscando convencer pela força dos fatos, pela experiência geral traduzida nas estatísticas, nas legislações, nas opiniões das grandes autoridades, não nos permite deixar de esboçar, dado que largos e rápidos traços, o curso e a importância atual das instituições do ensino especial a esse período da idade infantil (BARBOSA, 1947, p.59).

As instituições para crianças pequenas deveriam ser valorizadas, assim como as demais instituições, por se tratar do início de ensino. Pontuamos que Rui Barbosa foi no Brasil um dos primeiros pesquisadores a se preocupar com essa faixa etária, acreditando que o ensino para essas crianças precisava ser efetivo e ter significado. Rui Barbosa traz em seus escritos um quadro demonstrativo do crescimento dessas instituições para crianças pequenas na França, as *Sall d’ asyle*, a fim de mais uma vez manifestar seu intento para a criação desses jardins de infância no Brasil:

| ANOS | Número de salas Asilo | | | Números alunos Frequentes | | |
|------|-----------------------|--------------|-------|---------------------------|--------------|--------|
| | Públicas | Particulares | Total | Públicas | Particulares | Total |
| 1836 | | | 93 | | | 6.000 |
| 1837 | | | 261 | | | 29.514 |
| 1840 | | | 555 | | | 50.985 |
| 1843 | 685 | 804 | 1.489 | 72.411 | 23.781 | 96.192 |

| | | | | | | |
|------|-------|-------|-------|---------|---------|---------|
| 1850 | 1.055 | 680 | 1.735 | 12.352 | 30.892 | 160.244 |
| 1863 | 2.335 | 973 | 3.308 | 315.518 | 68.288 | 383.856 |
| 1867 | 2.589 | 1.080 | 3.669 | 356.421 | 75.720 | 432.141 |
| 1875 | 2.773 | 1.267 | 4.040 | 400.796 | 102.345 | 508.111 |
| 1876 | 2.785 | 1.362 | 4.147 | 420.110 | 111.967 | 532.077 |
| 1878 | 2.933 | 1.513 | 4.466 | 451.972 | 134.020 | 585.992 |
| 1880 | 3.031 | 1.624 | 4.655 | 667.533 | 138.481 | 606.014 |
| 1881 | 3.136 | 1.734 | 4.870 | 472.111 | 149.066 | 621.177 |

Fonte: Retirado de Rui Barbosa (1947,p.60).

Manifestando sua admiração acerca da criação dessas instituições nesse país,Rui Barbosa (1947) propala que a lei de junho de 1881, especialmente em seu Artigo 7, abrange as escolas maternais como um instituto de ensino popular, tornando este obrigatório, sendo criados conforme a lei de 10 de abril de 1867, seguindoas prescrições postuladas no Artigo 2.

Para Rui Barbosa,osJardins de Infância no Brasildeveriam ser considerados assim como os demais ensinos populares, tomando como exemplo outros países que já levavamem conta a importância dessas instituições, sendo necessária a criação de um projeto nacional que visasse à educação dascrianças pequenas. Machado, Lara e Lucas (2007, p.212) afirmam que“Desta forma, não havia no Brasil um projeto nacional visando à educação dessas crianças, mas leis que buscavam *proteger* a infância com o intuito de evitar uma desordem social”. Observamos assim o constante debate que Rui Barbosa trazia em seus escritos, pontuando que o Brasil deveria ter seguido o exemplo dos países mais cultos haviatempos, implantando um sistema nacional de ensino e defendendo a importância da intervenção do Estado na organização do processo de reconstrução nacional (MACHADO;LARA;LUCAS,2007).

Outro país respeitado por Rui Barbosa e citado em seus escritos por admirar a plena execução do método froelbiano é a Suíça. Nas palavras de Barbosa (1947,p.62),

Da Suíça forneça-vos ideia o cantão de Genebra, on os kindergarten medram brilhantemente, posto que sob a antiga denominação de escolas infantis (écoles enfantines). A lei orgânica da instrução popular, nessa província da Confederação, decretada em 19 de outubro de 1872, entregou essas casas de educação à iniciativa das comunas, mas sob a superintendência do Estado.

Notamosa preocupação com a qualidade do ensino para as crianças dos jardins de infância existe há muito tempo, o próprio estudioso aqui referido buscava em outras

instituições de ensino mais desenvolvidas a melhor forma para defender uma educação para as crianças pequenas de qualidade; podemos observar que há um cuidado com o número de alunos em sala, bem como com a idade desses alunos.

Podemos observar que considerando o espaço físico onde essas crianças estudariam, há uma preocupação para que este seja adequado e seguro para a faixa etária de crianças de 4 a 6 anos.

Um aspecto importante por nós verificado nessas orientações para a criação dos jardins de infância é a fiscalização, de fundamental importância que esta ocorra no âmbito escolar onde as crianças passariam a maioria do seu tempo, propalando que as instituições escolares deveriam ser significativas, orientadas e organizadas para o desenvolvimento das crianças. A esse respeito, Friedrich Froebel apresenta uma nova preocupação com essas crianças, porque além do amparo para essa faixa etária, também prioriza a educação de forma sistematizada.

Um fato novo marcante na história da educação do mundo ocidental do século XIX foi a instituição das escolas infantis. Precedido, é bem verdade, por algumas experiências particulares esporádicas no início dos Oitocentos, foi W.F Froebel, com seu *Kindergarten* (1837), que inventou não apenas uma instituição para proteger a criança, em sua primeira infância, mas também sistematizou programas para educá-la e integrá-la (MARCÍLIO, 2001, p.1).

Essas instituições infantis, na concepção de Froebel, deveriam ser gratuitas, devendo ter um caráter racional. Souza Bandeira Filho, em seu relato sobre sua viagem para obter informações sobre os jardins de infância na França, Suíça, Austrália e Alemanha, afirma que o sistema de Froebel é exclusivamente pedagógico, sendo compatível com o progresso nacional (KUHLMANN, 2001).

Na companhia de Froebel havia alguns propagadores de seu método, os quais tinham como função estudar o método e após observar onde era aplicado, denunciar, caso houvesse, sua má utilização para que este fosse readequado devidamente. Barbosa (1947) alega que graças aos esforços das mulheres seguidoras de Froebel, como, por exemplo, Miss Elizabeth Peabody e Mrs. Horace Mann, os jardins de infância se estenderam pelo Oriente, Norte e Oeste, pois os Kindertagens que no ano escolar de 1875-1876, eram

12, em 1877 subiam para 36 (o triplo), e para 50 no princípio de 1879, voluntariando-se espontaneamente muitas mães de famílias a adjuntas, auxiliares ou assistentes, com o fim de se habilitarem a empregar em casa os processos froebelianos.

A tabela abaixo demonstra esses números:

| ANOS | NÚMERO DE KINDERGARTEN | NÚMERO DE PROFESSORES | NÚMERO DE ALUNOS |
|-----------|------------------------|-----------------------|------------------|
| 1873..... | 42 | 73 | 1.252 |
| 1874..... | 55 | 125 | 1.686 |
| 1875..... | 95 | 216 | 2.809 |
| 1876..... | 130 | 364 | 4.090 |
| 1877..... | 129 | 336 | 3.931 |
| 1878..... | 159 | 376 | 4.797 |
| 1879..... | 195 | 452 | 7.554 |

Fonte: extraído de Rui Barbosa (1947, p.64).

Com o crescimento dos números de *Kindergarten*, de professores e de alunos, aumenta ainda mais a preocupação com a qualidade dos educadores para os jardins de infância. Barbosa (1947) assinala que a partir de um Congresso de Associação de Educação Nacional ocorrido em agosto em 1873, “A secção elementar da associação de professores nacionais, reconhecendo nos kindergartens um meio poderoso de elevar a educação primária, e desenvolver as suas noções de psicologia, recomenda o estabelecimento desses institutos, assim particulares, como públicos, e de *um curso normal, para lhe preparar mestras especiais*”.

Os *kindergartens* foram então vinculados ao sistema de educação e tornaram-se também um assunto da escola pública, desta maneira, era obrigatoriedade da escola normal a dedicação de uma parte de seu tempo semanal para ensinar a teoria e a prática dos *kindergartens*. Afirma Barbosa (1947, p.66) que:

Nas secções de 1879 se formou ainda, com a mesma energia, a aspiração de que eles sejam coadunados ao sistema das escolas comuns, como o primeiro grau impreterível da educação popular, estabelecendo-se, pelo menos, nas escolas normais a regra de consagrar três ou quatro lições por semana à teoria e prática dos *kindergartens*.

Rui Barbosa destina boa parte de sua pesquisa aos jardins de infância, a qual pode ser encontrada em seus escritos, principalmente no livro ‘Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instituição pública’, no qual trata dos argumentos

expostos por Friedrich Froebel a respeito da educação das crianças pequenas. Barbosa relata (1947, p.81),

A ideia fundamental de Froebel, disse uma famosa pedagoga americana (Miss Blow), hoje inspectora dos *kindergartens* municipais da cidade de S.Luís, “consiste em considerar o homem como criatura ativa, associa, constrói, e cria. O seu sistema tem por intuito formar homens e mulheres, que não se sintam felizes em saber, senão para executar; que menos prezem a si mesmos pela soma dos conhecimentos que lhes penetram no espirito ,do que pela força de ação que com eles adquiriram”. Esta noção do destino humano e da sua educação , o grande pedagogo saxônio estendeu-a aos primeiros anos de vida, à idade em que dantes se considerava a criança como ente improdutivo, capaz apenas de esforços irregulares, desconexos, absolutamente estéreis. As antigas salas de asilo, as “*garderies d’ enfant*”, segundo a frisante expressão francesa, não tira em mira senão abrigar, e vigiar a criança, na ausência dos cuidados maternos; ou, quando a algum fim de instrução se propunham, era sempre pelo antigo processo de ouvir passiva e repetir maquinalmente. Na realidade, pois o seu papel se reduzia a antecipar um ou dois anos a lida enfadonha e daninha da velha escola das primeiras letras, constringendo o menino ainda mais cedo e, portanto, com efeitos muito mais perniciosos, aos rotineiros exercícios de ler, escrever, e contar.

Rui Barbosa, em suas considerações,apontao caráter, o fim e os meios do jardim de Froebel, para que contribua para a criação desse ambiente em seu país, exemplificando todos os motivos para a necessidade de uma organização froelbiana na criação desse espaço, defendendo uma educação significativa e repreendendo os asilos de crianças nos quais estas eram apenas vigiadas, ou em algumas vezes instruídas a reproduzir mecanicamente determinadas ações, o oposto do que Froebel acreditava.

Sua grande preocupação estava em formar um “novohomem”, um homem que pudesse, desde a infância,ser preparado para a vida, tendo uma boa formação moral e uma estreita ligação com a natureza pela via dos sentidos, da observação(AMUDE; SILVA,2008, p.107).

Nesse sentido, o autor buscava compreender o método froebeliana, evidenciando que este era o modo correto de instruir as crianças pequenas. Froebel identificou que o caráter da criança se dá através da cultura desenvolvida desde a faixa etária infantil, na qual as crianças eram curiosas, tinham interesse pela natureza e uma tendência para a imitação (BARBOSA, 1947).

Observamos, nos escritos de Rui Barbosa, que em sua perspectiva Froebel foi o primeiro homem que conseguiu criar um método que educasse as crianças para a

sociedade, de forma que estas não fossem mecanizadas e desenvolvessem o seu intelecto desde cedo, utilizando-se para tanto de jogos imaginários. Nas palavras de Barbosa (1947, p.82),

Froebel foi o primeiro que apreciou em toda a sua plenitude, e, em consequência, o primeiro que engenhou uma serie de disciplinas adequadas às crianças da mais tenra idade. O antigo regimen da escola não respeitava o principio da atividade pessoal. Sacrificava de um modo extremamente desnecessário a atividade, em vez de desenvolvê-la, habituando-a à deliberação independente. Destarte, o que produzia, eram máquinas humanas, regidas pelo preceito e pela convenção. Apenas lhe escapava uma ou outra personalidade, privilegiadamente dotada de intuição das coisas e propensa aos hábitos de conformação à lei. Dominadas pelo império do constrangimento legal, essas máquinas humanas facilmente davam em delinquentes, ou rebeldes à legalidade, logo que não sentiam a pressão direta dos freios sociais. Não possuíam assaz individualidade própria. Não tinham assimilado o que eram compelidas a praticar. Não dispunham da adapta a idade precisa, para se ajustarem às alterações do meio que a cercava. Ora, nos seus recreios, a criança exercita, de si para si mesma, a sua espontaneidade, mas irracionalmente, sob formas arbitrárias e caprichosas. Na sua fase positiva, obra tudo o que imaginativa lhe sugere; na fase negativa, destrói o que fizera e tudo o que tem de seu. Por estas operações exerce a profunda originalidade que se envolve na sua força de querer, o poder de criar e ode destruir. Nessa capacidade de deliberar esta a raiz da personalidade; nela a liberdade tem origem. Privando a criança dos seus jogos, paralisareis o desenvolvimento do seu caráter.

Froebel defendia uma educação para as crianças pequenas diferenciada, em que estas expressariam com total liberdade suas capacidades de imaginação, desenvolvendo sua personalidade através de jogos e brincadeiras que para ele era fundamental nessa faixa etária, e criticava os métodos anteriores que não priorizavam as disciplinas adequadas para os Jardins de Infância.

A doutrina froebeliana reverencia na criança, tanto mais quanto mais tenra for, uma parcela da natureza, com ela unificada, inseparável dela. E é por esta afinidade íntima com a natureza que o *kindergarten* se propõe a educar o corpo, o espírito, o coração do menino. Com este fim apela para as disposições infantis em toda a sua integridade. Pelo exercício das energias físicas e pela cultura incessante, variada, inteligente dos sentidos se estabelece essa comunicação íntima entre os afetos da primeira idade e as maravilhas do mundo exterior (BARBOSA, 1947, p.84).

Para Rui Barbosa, o ensino das crianças pequenas era fundamental na formação de uma sociedade que visasse à educação como motor de transformação social. Entendemos que Rui Barbosa entendia que a Educação Infantil deveria se preocupar com o ensinar e não

apenas com o cuidar das crianças, porque em sua visão a primeira infância era a idade adequada para o desenvolvimento da imaginação, criação e elaborações cognitivas fundamentais no processo de formação dessas crianças. Nessa faixa etária, destacamos, parafraseando Machado (2002), que as crianças desenvolvem suas capacidades de linguagem e observação, qualidades físicas, morais e intelectuais, formando assim a base sólida para uma educação que as prepare para a escola.

Rui Barbosa acreditava que os jardins de infância deveriam ter conteúdos e métodos específicos, bem como uma educação voltada para o progresso social da época, e buscava a melhoria da sociedade mediante o conhecimento, defendendo a criação dos jardins de infância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo relativo às considerações de Rui Barbosa sobre os jardins de infância nos permite contemplar discussões relativas à formação de professores para os primeiros anos da Educação Básica. Reafirmamos a necessidade de pesquisas referentes à Educação Infantil, e nesse caso, particularmente aos aspectos históricos das instituições para crianças pequenas no Brasil, podendo contribuir para reflexões afetas à Educação Infantil.

Neste trabalho, observamos a imensa participação de Rui Barbosa no tocante aos aspectos da educação, em particular a Educação Infantil, seus estudos reiteram a necessidade de uma educação significativa, que vá além de cuidados maternos, que fortaleça a necessidade do aprendizado e do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária.

A trajetória desta pesquisa nos mostra a importância dos estudos de Rui Barbosa na criação dos jardins de infância. Tratamos aqui de questões educacionais de fundamental importância para compreendermos a dinâmica da sociedade a que pertencemos. O contexto histórico em que foi proposta a criação do jardim de infância no Brasil é composto por aspectos políticos e econômicos que determinam a forma de educação que deve ser destinada aos cidadãos, uma educação laica, obrigatória e gratuita que tem por objetivo direcionar as pessoas para uma nova sociedade.

Sendo assim, verificamos que os estudos de Rui Barbosa para a educação e especificamente para a criação dos jardins de infância é de total relevância para que possamos entender a dinâmica social da época e sua influência no processo de construção das instituições voltadas a crianças pequenas.

REFERÊNCIAS

AMUDE, Amanda Mendes; SILVA, Gescielly Barbosa. **Teoria e Prática da Educação**, v.11, n.2, p.168-172, maio/ago. 2008.

BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e varias instituições complementares da instituição publica. In:_____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde,1947.v.10,tomo 3.

BOTO, Carlota.**A escola primária como tema do debate político às vésperas da República**. Rev. bras. Hist., 1999, vol.19, no.38, p.253-281.

CHAVES, M. **O papel dos Estados Unidos e da Unesco na formulação e implementação da proposta pedagógica no Estado do Paraná na década de 1960: o caso da educação no Jardim de Infância**. 2008. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CHAVES, M.; ARAÚJO, R. de C. Educação da Criança Pequena: algumas reflexões sobre as proposições de Rui Barbosa. In: CHAVES, M.;FAUSTINO, R. C. (Orgs.). **Estudos e Práticas Educativas para Educação Infantil: desafios e conquistas de professores e crianças**. 1 ed. Maringá: Lab. de Arqueologia, Etnologia e Etno-Hisória da UEM, 2007, p. 37-38.

FRITZEN, Celdon.**A pedagogia e a modernização brasileira em Rui Barbosa e José Veríssimo**. Rev.UNI, 2006, vol.1, no.2.

Lynch C. E. C. **A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco**. Rev. Sociol. Polit.,Ago 2008, vol.16, p.113-125.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa: Pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional**. Campinas, SP: Autores Associados: Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

MÉLO S. C, MACHADO M. C.G. **EDUCAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE RUI BARBOSA (1889)**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, **15** (2) 41-51, dez. 2007.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Docência em Formação).

PEDRO, Antonio. **Brasil História (2º grau)**. Editora FDT, São Paulo.1987.

_____. Rui Barbosa e a educação da criança pequena. **Anais do XVI Encontro Anual de Iniciação Científica**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007. CD-ROOM.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectiva d consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999 (Teses NUP, 2).